

PROPOSTAS PARA GESTÃO DE GOIÂNIA

2017-2020



PSB, PSC, PHS, PSL, PP, PV, PPS, PMB, PSDB, PRB, SD, PSDC

Sumário

1 - APRESENTAÇÃO	3
2 - QUEM É O CANDIDATO.....	4
3 - QUEM ESTÁ CONOSCO	6
4 - O NOSSO VICE	7
5 - PALAVRA DO PREFEITO AO ELEITOR.....	9
6 - O QUE É UM PLANO DE GOVERNO	11
7 - AS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA.	13
7.1. SAÚDE.....	13
7.2. EDUCAÇÃO.....	15
7.3. RENDA	16
7.4. SEGURANÇA PÚBLICA	17
7.5. MEIO AMBIENTE.....	20
7.6. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.....	23
7.7. HABITAÇÃO	26
7.8. ESPORTE E LAZER	27
7.9. PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.....	29
7.10. GESTÃO PÚBLICA	30
7.11. MELHOR IDADE	32
7.12. POLÍTICA PARA JOVENS E MULHERES	33
7.13. COMUNICAÇÃO	35
7.14. AÇÃO SOCIAL.....	36
7.15. TURISMO.....	38
7.16. CULTURA	39

1 - APRESENTAÇÃO

Este plano de governo apresenta as principais propostas do candidato Vanderlan Cardoso para a Prefeitura de Goiânia. As propostas foram desenvolvidas a partir de estudo de técnicos com grande capacidade adquirida de diversas experiências profissionais e de projetos bem-sucedidos implantados na experiência pública anterior do candidato.

Nosso plano de governo propõe um contraponto à atual gestão na administração municipal, propondo a execução de projetos fundamentais para os serviços destinados à população. Com um modelo de gestão inovador, recomenda a solução dos problemas da sociedade com projetos estruturantes que serão capazes de transformar a nossa Goiânia.

Indica para Goiânia um modelo de gestão com foco na experiência do candidato como gestor em seus negócios, onde a gestão será sustentada sob a ótica do planejamento e da execução com disciplina e meritocracia.

Esse modelo irá estabelecer uma nova visão para Goiânia, onde projetos desenvolvidos no médio e longo prazo levarão a cidade, que atualmente sofre com inúmeros problemas, a ser protagonista no estado de Goiás e a mais bela capital do Centro-Oeste do Brasil.

As propostas contemplam objetivos e projetos ambiciosos, com abrangência necessária para uma administração extremamente dedicada e competente.

Por ter uma grande capacidade de gestor já testada e aprovada como empresário de sucesso e homem público, o candidato hoje se dedica a contribuir com a nossa sociedade, doando a sua experiência como gestor na iniciativa privada e pública contribuindo para o sucesso da nossa cidade, conduzindo Goiânia a figurar novamente entre as melhores cidades do Brasil para se viver.

Para que possamos aplicar na prática os projetos que propomos, contamos com o apoio de todos aqueles que são amantes de Goiânia e que escolheram essa cidade para viver.

2 - QUEM É O CANDIDATO

Vanderlan Vieira Cardoso

Vanderlan Cardoso, 53 anos, goiano de Iporá – cidade polo da região Oeste do estado – é casado, pai de dois filhos, empresário e ex-prefeito de Senador Canedo (município da Região Metropolitana de Goiânia). Foi candidato ao governo de Goiás nas eleições de 2010 e 2014 e é o atual presidente do PSB Metropolitano de Goiânia.

Trajetória Empresarial

Desde muito cedo Vanderlan trabalhou ajudando seus pais, tanto no açougue do pai como na entrega de salgados feitos por sua mãe às lanchonetes da cidade. Seu primeiro empreendimento foi uma "caixa de engraxar sapatos", do qual tirou lições importantes para a vida como empresário na fase adulta.

Nos primeiros tempos de juventude, também teve experiência em outras profissões, inclusive, “chapeiro” de sanduíches e feirante. Parte desses ofícios foram exercidos em Barra do Garças, cidade do Mato Grosso na divisa com o Oeste goiano.

Alguns anos mais tarde, depois de se mudar com a família para Boa Vista, capital de Roraima, Vanderlan iniciou sua história como empreendedor. Abriu um pequeno atacado, que revendia produtos trazidos de Manaus. Em seguida, adquiriu um supermercado falido da cidade, onde conseguiu reunir no mesmo local o atacado e um pequeno varejo.

Nessa época o garimpo estava em alta no município e Vanderlan viu a possibilidade de prosperar nos negócios buscando produtos de outros estados. Como o acesso por terra a Roraima era restrito devido à rodovia que ligava Manaus a Boa Vista, Vanderlan fez uma parceria com uma empresa aérea que buscava produtos eletrônicos na capital do Amazonas para levar para São Paulo. Passou a carregar os aviões cargueiros da empresa aérea com produtos alimentícios comprados na Ceasa da capital paulista.

No final da década de 80, Vanderlan decidiu voltar para o Centro-Oeste. Vendeu seus negócios em Roraima e abriu uma indústria de alimentos em Brasília.

Ficou na Capital Federal no início dessa nova fase empresarial e, em meados dos anos 90, mudou a indústria para o Senador Canedo.

Lá, a indústria de Vanderlan se transformou no Grupo CICOPAL, que hoje emprega mais de mil pessoas, em Senador Canedo, Goiás, onde está a matriz, e Camaçari, na Bahia, e Benevides, no Pará. A empresa também está em processo de instalação em Pernambuco e Minas Gerais.

Trajetória política

Depois de alcançar o sucesso na vida empresarial, Vanderlan percebeu que poderia ajudar mais sua comunidade na vida pública, quando em 2004 aceitou o convite para ser candidato à prefeitura de Senador Canedo e foi eleito com mais 57% dos votos válidos. Em 2008 se candidatou novamente e foi reeleito com mais de 80% dos votos.

Durante o tempo no qual foi prefeito, recebeu vários prêmios como administrador público e é reconhecido até hoje como um gestor que transformou a cidade para melhor. Entre os prêmios recebidos estão o Troféu Mérito Municipalista – Destaque em Gestão de Saúde, pelo programa “Cuidando de Você”, concedido pela Associação Brasileiros dos Municípios, em 2007.

Em 2010, com mais de 90% de aprovação em seu segundo mandato, em Senador Canedo, Vanderlan recebeu novo convite, desta vez, para disputar o Governo de Goiás.

Saiu de 1,5% nas pesquisas para mais de 16% dos votos válidos, ultrapassando mais de 500 mil votos, o que fez a eleição de 2010 ir para o segundo turno.

Vanderlan foi prefeito de Senador Canedo por dois mandatos pelo PR, mesmo partido pelo qual disputou as eleições para o governo do estado, em 2010. Em 2014 disputou mais uma vez a vaga de governador, desta vez pelo PSB, partido que está até hoje e no qual é presidente metropolitano.

3 - QUEM ESTÁ CONOSCO

Coligação 'Uma Nova Goiânia'

Vanderlan Cardoso é o candidato a prefeito de Goiânia com a maior e mais expressiva aliança partidária dessa eleição. Seu partido, o PSB, terá mais onze legendas integrando a coligação denominada 'Uma Nova Goiânia', são eles: PSDB, PRB, SD, PHS, PSL, PP, PPS, PSC, PV, PMB, PSDC, além do PSB.

O candidato escolhido como vice-prefeito da coligação, vereador Thiago Albernaz, é do PSDB, partido do governo estadual e que vai colaborar muito na administração da prefeitura, inclusive nas parcerias que serão necessárias firmar com o estado.

4 - O NOSSO VICE

Thiago Albernaz Pereira nasceu em Goiânia em 10 de setembro de 1990. Tem 25 anos, é graduado em Economia pela PUC Goiás e herdeiro de um grande patrimônio político – seu avô, Nion Albernaz, é apontado como um dos melhores prefeitos da história da jovem capital goiana, cargo que ocupou por três mandatos, sendo o último deles de 1996 a 2000. Thiago se filiou ao PSDB aos 16 anos. Em 2012, foi eleito vereador com apenas 22 anos, o mais jovem de sua legislatura, com 5.008 votos.

Sua primeira eleição foi em 2008, quando foi eleito presidente do Centro Acadêmico XV de Novembro do curso de Economia da PUC-GO, onde exerceu mandato de quatro anos. Em 2010, foi eleito diretor político da Acieg Jovem. Em março de 2011, assumiu a presidência estadual da Juventude do PSDB, coordenando um processo de renovação dentro do partido, que culminou em sua eleição para a Câmara de Vereadores, em outubro de 2012. Nesses três anos e meio de mandato, o envolvimento com as bases e o relacionamento da Casa com o poder Executivo foram tratados como as prioridades do jovem vereador, que foi líder do partido na Câmara entre 2013 e 2015.

Entre os vários projetos, requerimentos e proposições do primeiro mandato, destaca-se o Projeto de Lei Anticorrupção, apresentado no início do ano de 2015. O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal e tornou-se referência nacional por ser o primeiro desse tema na esfera municipal em nosso País e com uma inovação: todos os recursos oriundos de multas aplicadas por descumprimento da lei deveriam ser destinados à educação empreendedora. Em um momento de grande insatisfação da população brasileira, apresentar uma mediação jurídica que responsabiliza o corruptor pelos seus atos é uma forma de representar a sociedade com seus anseios e demandas.

Outro grande projeto propõe a criação do Fórum Municipal de Economia Criativa e define mecanismos que possibilitam que imóveis abandonados em regiões urbanizadas possam ser gratuitamente cedidos para a instalação de projetos de economia criativa. Todos os requisitos seguem normativa da Organização das Nações Unidas. Propôs também projeto que isenta atividades culturais de pagarem IPTU.

Albernaz criou ainda, na Câmara, a Frente Parlamentar Pela Qualidade do Serviço Público e a Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ainda no

debate pela acessibilidade, é autor do Projeto de Lei que propõe que deficientes visuais tenham direito a receber faturas de água e energia, entre outras, em braile sem custo adicional.

A defesa contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos dois primeiros anos de mandato foi outra atuação marcante do vereador, pois fortaleceu a Câmara como instrumento para expressar a voz do povo goianiense. O aumento foi barrado.

Thiago Albernaz é, ainda, autor do requerimento aprovado em plenário em junho em que a Câmara pede ao prefeito que emita licenças provisórias aos motoristas do Uber, com validade de 6 meses. A ideia é evitar novas apreensões de veículos até que a lei que regulamenta a atividade seja aprovada.

Outros projetos de lei importantes são a liberação de esportes de remo (caiaque e standup paddle) em parques públicos e a transparência na divulgação de vagas nas creches públicas, os CMEIs. Em audiência pública de sua iniciativa, mães, conselheiros tutelares e defensores públicos denunciaram que existem casos em que a lista de espera não é respeitada e, devido à falta de vagas, crianças ficam sem aula.

5 - PALAVRA DO PREFEITO AO ELEITOR

O propósito mais básico da política é servir ao cidadão. É com esse espírito que o homem público, que se oferece para auxiliar sua comunidade, destina seu tempo, sua experiência e seus melhores esforços a esse intento. A política está presente em todas as esferas da sociedade, desde o aumento do pãozinho à escolha de um prefeito, governador ou presidente da República.

Não sou um profissional da política. Sou empresário e ganho a vida administrando meus negócios. Já conquistei o meu lugar ao sol, não preciso da política para me estabelecer. Mas reconheço minha responsabilidade para com a sociedade e o cidadão goianiense, e esse é o motivo pelo qual me propus a colocar o meu nome à disposição do meu partido e da população de Goiânia como uma opção de mudança desse modelo administrativo atrasado que impera na prefeitura há muito tempo. Meu único propósito é o de servir à evolução da minha cidade, do meu estado e do país no qual meus filhos vão viver e criar meus netos.

Nas páginas que se seguem, apresento um grande compêndio de propostas que acredito serem fundamentais para a melhoria de vida do nosso povo, especialmente dos mais carentes de atenção do poder público. Não são promessas para ganhar eleição. São propostas elaboradas com estudo por um corpo técnico competente.

Tudo foi produzido a partir de centenas de reuniões, de pesquisas, de contribuições de especialistas, da observação da cidade e, fundamentalmente, do desejo manifesto do goianiense de retomar o orgulho por sua cidade. A população foi quem mais contribuiu para a elaboração desse projeto nas muitas reuniões que realizamos em todas as regiões de Goiânia. Então esse projeto é também o seu projeto, pois você ajudou com suas ideias, reivindicações e sugestões.

Esse plano enfoca temas primordiais para termos uma cidade próspera, desenvolvida e com qualidade de vida para todos que aqui residem. Tratamos de temas que vão da saúde à educação; busca soluções eficientes de mobilidade; trata

com propriedade do tema da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico. Enfim, de inúmeros temas dos quais a comunidade se ressentiu e onde falhou a administração atual e onde falharam as anteriores.

Fundamentalmente, porém, propõe para Goiânia um grande plano de desenvolvimento econômico com justiça social.

Ter orgulho da cidade onde se vive impõe poder sustentar sua família com a oportunidade do trabalho digno e da renda que ele gera. É essa a base de tudo e, por isso, tornou-se o fio condutor de nossas propostas.

Não é, no entanto, um livro hermético, imutável. Pode (e deve) evoluir, a partir das discussões que vamos travar com o povo, com os aliados e com aqueles que honestamente desejam uma Goiânia efetivamente desenvolvida. Peço encarecidamente a todos aqueles que desejam a evolução de nossa capital que leiam nossa Carta Programa, questionem, critiquem e contribuam positivamente.

É a partir de nosso engajamento e da nossa união que construiremos Uma Nova Goiânia.

Boa leitura a todos.

VANDERLAN CARDOSO

6 - O QUE É UM PLANO DE GOVERNO

O Plano de governo é um instrumento que representa os projetos que mudaram a cidade, e é a forma pela qual governante direciona o caminho que deve seguir na gestão municipal. Ele é a base para a sustentação das propostas para a gestão, onde, por meio do conhecimento que se tem da realidade atual da cidade, da demanda da população e das potencialidades do município, se propõem projetos para melhorar e desenvolver cada uma dessas áreas da cidade.

O plano de governo é um documento público do partido e do candidato, e esse plano vai estabelecer todas as ações dos integrantes da coligação em busca de transformar Goiânia em uma cidade diferenciada para se viver.

O plano de governo ressalta os projetos que serão aplicados na gestão do governante, que quando iniciar o mandato executivo, irá propor um plano de metas dentro das propostas apresentadas para a execução do plano de governo. O plano de governo é composto por conjunto de ações e propostas que irão nortear e determinar a relação com a sociedade durante toda a campanha, o que permitirá apresentar durante o processo eleitoral cada projeto para que a população possa compreender o estilo de gestão que será utilizado.

É importante criar um programa de forma participativa, em que as pessoas possam colocar suas opiniões e demandas. Isso conduz a um plano assertivo que irá englobar os anseios da população e o anseio do candidato. Para tal, fizemos diversas reuniões com a população, nas quais cada projeto sugerido foi registrado e estudos técnicos foram realizados para viabilizar a aplicação desses projetos na realidade de Goiânia. Sendo assim, temos certeza de que os anseios da população serão contemplados nos projetos apresentados.

Os projetos aqui propostos serão compartilhados e debatidos com a sociedade a fim de se tornarem conhecidos pela população, que poderá, assim, compreender o que essa coligação está propondo para Goiânia como gestão, pois esses projetos serão o norte da gestão do governante no intuito de administrar nossa capital.

O nosso plano de governo é um resumo do que será buscado pelo

candidato, se eleito, no decorrer dos quatro anos de administração municipal, portanto, o Plano de Governo é sobretudo um termo de compromisso com o eleitor que deverá ser honrado caso a candidatura obtenha sucesso.

Temos como objetivo dar transparência e clareza à divulgação dos projetos e intenções do candidato e sua coligação, para que possa gerar um canal aberto com o seu eleitor, dos projetos para melhorar e desenvolver a nossa Goiânia, e assim criar uma gestão participativa em que a população contemple uma cidade melhor para viver.

A princípio, esse plano de governo segue algumas filosofias metodológicas, que buscam entender a nossa cidade no contexto de macro áreas de atuação para o desenvolvimento ordenado da cidade. Analisando dessa forma, essas grandes áreas passam a ser enxergados de forma categórica como pilares para o desenvolvimento sustentável da cidade. Tendo como princípio o planejamento, onde sempre devemos buscar a excelência nas propostas apresentadas, cada proposta aqui colocada deverá passar por adaptações e melhorias feitas por especialistas e pela sociedade na busca de encontrar os programas mais efetivos e exequíveis possíveis. Esse documento é extremamente orgânico, sendo aperfeiçoado diariamente na busca pelo desenvolvimento de Goiânia.

A metodologia de elaboração do plano de governo passou pela contribuição de especialistas no macro áreas e suas especificidades, sendo respeitada a capacidade técnica dos envolvidos e as propostas na íntegra sendo integradas a um projeto maior para Goiânia.

7 - AS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA.

7.1. SAÚDE

Com a promulgação da Constituição Federal, a saúde passa a ser reconhecida como direito social e dever do poder público, cuja efetivação vem sendo buscada por meio de medidas de reorganização do setor, para que implemente todas as iniciativas para o melhor atendimento.

Sendo assim, à saúde torna-se essencial para o poder público. Distante de abranger apenas o atendimento hospitalar ou acesso a medicamentos, a saúde está relacionada diretamente ao conceito de qualidade de vida, englobando medidas que vão desde a atenção básica até projetos de vida mais saudáveis. Principal indicador do IDH (Índice do Desenvolvimento Humano) a saúde está diretamente ligada a diversos outros indicadores utilizados como unidades de medida no desenvolvimento humano.

O direito à saúde, especialmente quando examinado sob a ótica da qualidade de vida, exige superação das desigualdades que envolvam o acesso democrático a alimentos, medicamentos e serviços que sejam seguros e que tenham sua qualidade controlada pelo poder público.

Ademais, a efetivação do direito à saúde depende de políticas sociais e econômicas que assegurem acesso à saúde por todos os cidadãos.

Propostas:

1. Ampliar a cobertura de atendimento do Programa Saúde da Família (PSF) elevando a cobertura para 80% no primeiro ano e 100% até o último ano de mandato;
2. Reestruturar, equipar e modernizar a rede própria de saúde;
3. Construir, ampliar e reformar a estrutura física das unidades de saúde (equipar, mobiliar e modernizar);
4. Construir Centros de Referência de Especialidades Médicas-Odontológicas e Fisioterapia;
5. Adquirir junto aos médicos, laboratórios e hospitais da rede privada consultas, exames, cirurgias em grande quantidade com preços justos.

6. Investir para ampliar a cobertura de atendimentos odontológicos;
7. Implantar o Programa Fisioterapia em Casa – benefício para pacientes com dificuldades de locomoção.
8. Implantar o projeto Remédio em Casa para os pacientes com doenças crônicas que utilizam medicamentos de uso contínuo. (Medicamentos sendo entregue em casa pela prefeitura);
9. Estabelecer parceria com os hospitais da rede privada para a compra de vagas em leitos normais, de UTIs, comprando pelo preço justo;
10. Promover periodicamente cursos de capacitação e de boas práticas de atendimento para o servidor público municipal visando à melhoria e à humanização dos serviços prestados pela rede municipal de saúde;
11. Implantar programa de valorização do profissional da saúde;
12. Investir em promoção e prevenção da saúde, ampliando os serviços de cobertura de serviços básicos de saúde, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade social;
13. Promover atenção integral à saúde da mulher, do idoso e da criança com ênfase nas áreas de populações de maior vulnerabilidade social;
14. Implantar projeto que vise à promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade;
15. Implantar programa Saúde sem peso;
16. Criação de um canal de comunicação (Ouvidoria) entre a Secretaria Municipal de Saúde e a população;
17. Ampliar a parceria com o Hospital Araújo Jorge – benefício para os pacientes que necessitam de maior atenção do poder público;
18. Estabelecer gestão profissional nas áreas de saúde, com práticas que garantam a aplicabilidade dos recursos com eficiência (Selos de qualidade);
19. Construir academias ao ar livre, em praças públicas, oferecendo mais uma opção para a prática esportiva da população (Medicina Preventiva);
20. Reformar e melhorar as pistas de cooper existentes na cidade (Medicina Preventiva);
21. Implantar o projeto de ortodontia a principio nas escolas e depois ampliar para toda a sociedade;

7.2. EDUCAÇÃO

A educação é base de sustentação e desenvolvimento de uma sociedade. Pensando assim, o nosso compromisso é desenvolver políticas de educação que a tornem acessível a toda a população. É pela educação que se aumentam as oportunidades do cidadão e o seu desenvolvimento como ser humano. Para que possamos promover uma educação de qualidade é que iremos fortalecer a educação básica, transformando-a no primeiro mecanismo de ascensão social.

A educação permite o desenvolvimento de toda uma família e suas gerações. As nossas políticas de educação visam a universalizar o acesso à educação em Goiânia, promovendo um celeiro de enormes oportunidades para os nossos jovens.

Neste sentido, compreendemos que a educação de qualidade passa pelo direito ao acesso à escolarização na Educação Infantil. É nossa meta universalizar o atendimento às crianças, bem como atender a atual demanda reprimida. Aperfeiçoaremos o atendimento no ensino fundamental (1º ao 5º ano) e suas modalidades – Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E para elevarmos o padrão de qualidade educacional em Goiânia, continuaremos investindo em reformas, ampliações de escolas e adquirindo material didático compatível com a faixa etária das crianças. Também será oferecida excelente alimentação escolar, bem como investimentos na formação e na valorização dos profissionais da educação.

Propostas:

22. Todo o orçamento da educação será gerido e as prioridades definidas por profissionais da própria área;
23. Construir, reformar, readequar e equipar as escolas municipais para promover uma educação de qualidade;
24. Ampliar as parcerias com entidades filantrópicas, creches e pré-escolas da iniciativa privada, devidamente conveniadas, para atender demanda da educação infantil municipal;
25. Estimular a educação fiscal cidadã no ensino básico;
26. Construção, reforma e adequação de CMEIs;

27. Desenvolver e implantar o projeto CMEI nas Férias, de modo que o atendimento seja normal nos meses de férias;
28. Implantar o projeto Família na Escola para atender as mães e pais que desejam estudar no EJA (período noturno), mas não têm com quem deixar seus filhos. A prefeitura disponibilizará cuidadores e atividades para as crianças enquanto seus pais estiverem na sala de aula;
29. Implantar nas unidades escolares a frequência por biometria;
30. Implantar o projeto do aluno em tempo integral na escola;
31. Mobilizar e efetivar uma política de educação de jovens e adultos (EJA) que gere um aumento na taxa de alfabetização;
32. Viabilizar atendimento oftalmológico aos alunos matriculados no Ciclo I e na Educação de Adolescentes Jovens e Adultos – EJA;
33. Firmar parcerias com o Sistema “S” para promover e fomentar a qualificação profissional dos jovens e adultos para o aperfeiçoamento profissional;
34. Valorizar e fomentar a carreira dos profissionais da educação por meio do plano de carreira;
35. Assegurar o acesso e a permanência na educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais;
36. Implantar o programa de atividade motora adaptada (Proama), com aulas de educação física para alunos portadores de necessidades especiais;

7.3. RENDA

A nossa capital destaca-se pelo setor de prestação de serviços, que movimenta boa parte da economia do município, apesar da participação dos setores da agricultura e pecuária, que sempre estiveram presentes no desenvolvimento da região.

Sendo assim, devemos ampliar a nossa atuação no ramo de serviços, mas também fortalecer todos os outros segmentos com incentivos, os quais possibilitem Goiânia se transformar em referência nos setores industrial e comercial. Para isso, iremos promover e fomentar o crescimento industrial e comercial, aproveitando o cenário positivo que se desenha no horizonte com a retomada do crescimento econômico do país.

Promover o desenvolvimento econômico deve ser a meta de todo governante. O crescimento econômico de Goiânia é necessário e urgente, precisamos ampliar essas

condições, investindo em infraestrutura para consolidar o nosso município como referência industrial no estado de Goiás.

Ao selecionar os projetos aos quais se dedicará, o nosso plano de governo prioriza aqueles que geram valor aos cidadãos, para os produtos comercializados e para a cidade, promovendo o desenvolvimento sustentável.

A contribuição ao desenvolvimento econômico é decorrente da atuação de cada integrante e do trabalho de equipes orientadas, que constroem, a cada projeto, uma cidade mais competitiva, e que amplia a qualidade de vida da população.

Propostas:

37. Desenvolver os polos empresariais existentes e promover o aumento de incentivos e criação de novos polos;
38. Desenvolver o portal de rápido acesso onde o empresário terá acesso a liberação de alvarás e licenças online de forma prática e rápida (Modelo de Campinas-SP);
39. Implantação do programa Via Rápida Empresa, que reduz de o prazo de registro e legalização de empresas na cidade;
40. Facilitar o acesso a crédito para micro e pequeno empresário: (Projeto Crescer Goiânia);
41. Ampliar a utilização do Sistema S em parceria com as indústrias dos polos, bem como as entidades de classe (Associações Comerciais);
42. Criar um polo de lavanderia industrial.

7.4. SEGURANÇA PÚBLICA

Nosso plano de governo estabelece que a prefeitura, a partir de 1º de janeiro de 2017, vai compartilhar a responsabilidade de Segurança Pública na medida dos limites de atuação.

Embora a segurança pública seja exercida pelas polícias federais e estaduais, conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 144, a Prefeitura entende que pode e vai contribuir dentro de seus limites legais de atuação.

Por meio da criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública integrada, com a Gestão Integrada, a prefeitura vai contribuir e apoiar as forças de segurança que atuam na cidade, buscando, junto com o efetivo da Guarda Municipal, Polícia Militar,

Polícia Civil, Conselhos de Segurança, Poder Judiciário e comunidade, combater a criminalidade de forma primária.

Nosso plano de governo se compromete a apoiar e fortalecer os Conselhos de Segurança, realizando audiências públicas e amplo debate com a sociedade para avaliar e deliberar a respeito das demandas da Segurança Pública em nossa cidade.

Por fim, realizar operações em parceria com os demais órgãos de segurança do nosso estado.

43. Fortalecimento da Guarda Municipal e fiscalização de trânsito: destinar o emprego da Guarda Municipal à segurança pública, com foco na mancha prioritária criminal diagnosticada entre forças de segurança do município, Estado e União;
44. Integrar a Guarda Municipal com as forças de segurança do Estado;
45. Desenvolvimento de segurança comunitária pela Guarda Municipal, com presença efetiva em praças, visitas comunitárias, policiamento em corredores (vias de grande fluxo);
46. Intensificar a fiscalização de trânsito em apoio à Secretaria Municipal de Trânsito;
47. Integrar a Guarda Municipal no sistema de inteligência de segurança pública do Estado de Goiás;
48. Integrar a Guarda Municipal com o sistema de registro de atendimento integrado de segurança pública do Estado de Goiás;
49. Fortalecer a gestão, controle e direção da Guarda Municipal;
50. Vincular fiscalização de trânsito nos pontos prioritários de segurança pública diagnosticados;
51. Estabelecer parceria entre o estado e a prefeitura para auxiliar no trabalho junto as Delegacias;
52. Criação da rede digital de segurança cidadã;
53. Integrar o videomonitoramento municipal com o videomonitoramento estadual;

54. Estabelecer as comunidades de comunicação digital com a Central de Monitoramento e comunidade, sociedade civil organizada e parceiros envolvendo a comunidade;
55. Consolidar o monitoramento com cidadania, envolvendo central de denúncias, monitoramento através da Guarda Municipal, para estabelecer a rede de comunicação digital, instituindo o serviço de videomonitoramento do município para tratamento rápido das demandas;
56. Instituir um órgão integrador municipal:
57. Integralizar as atividades administrativas municipais, com vínculo direto ou indireto com o sistema de segurança pública estadual e federal;
58. Fortalecer a atuação em segurança primária para atacar as causas do aumento dos indicadores criminais, que podem ser diminuídas com enfrentamento causal como: evasão escolar, fortalecimento de oportunidades de emprego, revitalização urbana, ampliação do aparelho público destinado a elevar o nível social da sociedade goianiense, com foco nos bolsões de problemas diagnosticados;
59. Destinar os diversos órgãos de posturas municipais para exercerem suas atividades e produtos nas áreas prioritárias, indicadas pela análise dos órgãos de segurança municipais, estaduais e federais, direcionando os esforços dos órgãos de segurança pública, diretos ou indiretos, para a atuação integrada, através de ações sociais transversais na solução do problema;
60. Fortalecer a integração estratégica, tática e operacional entre as forças de segurança municipais, estaduais e federais com os órgãos municipais apoiadores, para que possam contribuir no enfrentamento quantitativo e qualitativo dos eventos que perturbam a ordem pública;
61. Potencializar a revitalização urbana das áreas consideradas críticas, que servem à prática criminosa
62. Criar Centrais Únicas de Atendimento ao Cidadão nas Delegacias de Polícias, com a presença de serviços do município: posturas, meio ambiente, trânsito e assistência social para integralizar as ações em um único local;

63. Priorização de medidas preventivas e de inclusão social de acordo com as manchas criminais na capital;
64. Instituir a Secretaria de Segurança Pública Integradora Municipal;
65. Instituir a política municipal de segurança pública;
66. Direcionar a política de integração de segurança no âmbito do município;
67. Conduzir as ações transversais estruturais e sociais para solução qualitativa das demandas da segurança pública;
68. Viabilizar ações de segurança comunitária integrada com as forças de segurança municipal, estaduais e federais;
69. Instituir modelo de governança de segurança pública integrada com base em diagnóstico de inteligência integrada, planejamento operacional integrado e execução integrada com enfrentamento reativo, proativo, causal quantitativo e qualitativo;
70. Instituir as centrais de atendimento ao cidadão para registros de forma integrada com as forças de segurança estaduais e federais;
71. Criar as centrais de segurança comunitária integradas com as forças de segurança estaduais e federais;
72. Estabelecer parceria com a Polícia Militar, criando banco de horas para prestação de serviço público, quando necessário;
73. Implantar, em parceria com os órgãos do Judiciário, o projeto do Reeducando trabalhando para a cidade, em que os presos irão fazer trabalhos comunitários e em troca ganhar redução na pena;
74. Investir em iluminação pública de qualidade para minimizar a atuação dos malfeitores públicos;

7.5. MEIO AMBIENTE

Na área de meio ambiente, a cidade de Goiânia deverá, até 2020, alcançar o status de cidade ecologicamente correta e ambientalmente desenvolvida,

transformando-se em cidade exportadora de conhecimento em planejamento urbano de meio ambiente.

“A complexidade da dinâmica urbana evidencia a necessidade de adoção de práticas de gestão e seus respectivos instrumentos para alcançar os objetivos da sustentabilidade. A gestão ambiental é um conjunto de políticas, práticas administrativas e operacionais que leva em conta os múltiplos aspectos do Bem-Estar Social – BES, por meio de variadas formas de participação dos atores sociais interessados ou stakeholders”. (MARTINS JUNIOR, 2013).

Conforme teoria de Mumford (1998); Hardt (2000); Brito & Ribeiro (2003) e Hardt & Hardt (2008), a cidade é um fenômeno social, econômico e institucional que assumiu a sua forma metropolitana em período relativamente recente da história humana, mas é também um processo físico-territorial de conformação do espaço construído em permanente conflito com o ambiente não construído, expressando a dicotomia da relação homem e natureza, uma marca da cidade moderna (MARTINS JUNIOR, 2013).

Portanto, o objetivo deixa clara a intenção de que a cidade gere conhecimento suficiente em planejamento urbano relacionado ao meio ambiente, de modo a ser capaz de exportá-lo ou servir de exemplo para outras cidades. É, sem dúvida, um propósito de médio prazo e coerente com a dimensão temporal de 2017 a 2020, mas nem por isso deixa de ser ousado e de demandar um comportamento de comprometimento com a sustentabilidade ambiental de todas as atividades que se desenvolverão na cidade.

Ademais, o objetivo de alcançar status de cidade ecologicamente correta e ambientalmente desenvolvida implica na seleção das atividades econômicas desejadas para o município, bem como no estabelecimento de uma política de licenciamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades econômicas, de modo a garantir tal propósito.

Propostas:

75. Implantar o Plano Municipal de Saneamento Básico, com o intuito melhorar a infraestrutura e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário,

- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas;
76. Desenvolver o Plano Diretor de Drenagem Urbana, em função da intensificação das ocorrências de alagamentos e inundações, processos erosivos e assoreamento do leito dos cursos d'água, o que afeta diretamente a qualidade das águas e o ciclo hidrológico do município de Goiânia;
 77. Promover um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para implementar ou otimizar o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos na cidade;
 78. Desenvolver o Projeto de Implantação do Parque do Rio Meia Ponte, para conservar, preservar e recuperar este importante manancial para o município de Goiânia;
 79. Implantar o Programa de Recuperação Ambiental do Município de Goiânia, no intuito de diminuir uma série de degradações ambientais pela disposição irregular e clandestina de Resíduos de Construção Civil e Demolição (RCD)
 80. Desenvolver o Projeto Índice da Qualidade do Ar - IQAR, devido ao crescente aumento das concentrações de substâncias contaminantes no meio aéreo, sua deposição no solo, nos vegetais e nos materiais acarretam danos à saúde humana, reduzem a produção agrícola e de uma forma geral e promovem um desequilíbrio nos ecossistemas.
 81. Dar Continuidade ao Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA), tendo em vista a parceria firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para a finalização do parque linear;
 82. Desenvolver o Programa de Revitalização e Ampliação das Unidades de Conservação (parques) privilegiando regiões ainda não contempladas;
 83. Criar o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Goiânia (IPPUG) com atribuições de coordenar, orientar, instituir e monitorar o processo de planejamento;
 84. Licenciamento ambiental simplificado para micro e pequenas empresas: grande parte das empresas funciona sem o devido licenciamento ambiental devido à complexidade dos processos, que tratam de forma igualitária empresas de diferentes portes;
 85. Programa ambiental integrado para a Região Metropolitana de Goiânia: propor uma nova ordem de relacionamento entre as prefeituras da Região Metropolitana de Goiânia com o objetivo de solucionar os problemas ambientais comuns, tais como água, lixo, esgoto e drenagem;

86. Programa Prefeitura Sustentável: rever os procedimentos na administração municipal visando a eliminar desperdícios em todos os setores e dar exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais.

87. Programa Empresas Sustentáveis: buscar parcerias com instituições empresariais e outras para apoiar as empresas na implantação de programas de gestão ambiental.

88. Criação do Bioparque Metropolitano de Goiânia;

7.6. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

O Plano de Infraestrutura e Mobilidade Urbana Sustentável, Estratégico e Integrado para a cidade de Goiânia proposto pelo candidato Vanderlan Cardoso foi pensado exclusivamente para as “pessoas em movimento”, onde pensar a cidade significa, prioritariamente, “mover as pessoas através de diferentes modos de transporte”.

Está intimamente ligado à efetivação e integração das políticas de transporte público, trânsito, infraestrutura viária, meio ambiente e cultura cidadã. Estes serão os 5 pilares do PLAMOB IN, que centralizarão os investimentos da nova administração para uma Goiânia Sustentável.

Nossos projetos estarão concentrados em:

- Transportes Públicos e Transportes não Motorizados;
- Infraestrutura Viária e de Transporte;
- Trânsito;
- Meio Ambiente;
- Educação Cidadã.

O processo a ser implementado pela nova Administração deve ocorrer de forma contínua e permanente, com cronogramas de planejamento para horizontes temporais distintos – curto (2017/2018), médio (2019/2022) e longos prazos (2023/2030).



Propostas:

89. Reconstruir a rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC) sob os aspectos operacional, institucional e econômico-financeiro, repensando o modelo de tarifa única;
90. Implantar corredores de ônibus exclusivos de acordo com estudos técnicos e sempre dialogando com a população e dar continuidade às obras do BRT Norte-Sul;
91. Construir o Corredor de Ônibus BRT Leste-Oeste e toda a infraestrutura necessária para esse sistema, em parceria com o Governo do Estado e Governo Federal;
92. Implantar a Central de Controle Operacional Integrada, com sistema de monitoramento em tempo real 24 horas por dia, 7 dias na semana. A central irá modernizar e integrar a gestão operacional do trânsito (SMT); o controle operacional, de gestão e da informação do transporte coletivo (CMTC); possibilitar, além do planejamento, rápida ação do policiamento, da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Samu e demais órgãos, às ocorrências na cidade.
93. Desenvolver e implantar o plano de circulação viária, cicloviária e de pedestres, para estabelecer novos modais de transporte para o cidadão goiano;
94. Implementar o Plano de Sinalização e Orientação de Tráfego, visando a suprir as necessidades básicas de orientação do usuário diante das transformações do cenário urbano dando visibilidade à cidade, definindo o sistema viário estrutural, as rotas de tráfego, as zonas de interesse de tráfego (ZITs), sinalização turística, educativa, de serviços auxiliares e o sistema de orientação (POT).
95. Construção do Espaço Vivencial de Mobiliade Cultura Cidadã: espaço formado por equipe de educadores especializados com o objetivo de promover cursos, atividades e programas dirigidos a escolas, empresas, entidades e profissionais que atuam direta e indiretamente nas áreas de educação, transporte e trânsito, atendendo desde o público da educação infantil até a terceira idade.

96. Desenvolver estratégias para um transporte eficiente, aplicando o conceito de “coordenação do uso do solo x transporte público” em torno dos eixos estruturantes de transporte e das estações/terminais, promovendo maior densidade de residências, postos de trabalho, lojas e serviços nas proximidades da rede de transporte coletivo, oferecendo facilidades de acesso ao sistema e um serviço de qualidade.
97. Apoiar a implantação do novo traçado da BR-153, de Hidrolândia até saída de Anápolis (conforme acordo ANTT e concessionária da BR);
98. Implantar pontos de apoio de coleta seletiva de lixo, realizando a separação adequada dos resíduos e dando a sua destinação final correta;
99. Implantado o programa **Busão na hora**, com aplicativo que indica horários dos ônibus, tempo das viagens e itinerários, e com criação de central de monitoramento dos veículos;
100. Revisar o Plano Diretor levando-se em conta o documento do Codese - Goiânia 2033 – O Centenário;
101. Trabalhar para a conclusão do anel viário da Região Metropolitana de Goiânia;
102. Concluir as avenidas Goiás Norte, Leste-Oeste Marginal do Córrego Botafogo;
103. Estabelecer ligações interbairros, revitalizar as principais avenidas comerciais dos bairros com ênfase em solucionar gargalos de tráfego;
104. Agir proativamente para conclusão do desvio da BR 153;
105. Implementar programa de manutenção das ruas e avenidas, com vistas a garantir a circulação da população, de forma econômica, de produtos comerciais e industriais. Priorização dos locais de embarque em modais de transporte de longa distância;
106. Formar parcerias, por meio de consórcios entre município de Goiânia e Prefeituras da Grande Goiânia, objetivando a pavimentação, recuperação e manutenção das ruas e avenidas, visando a melhoria do deslocamento da

população e escoamento da produção agropecuária, comercial, industrial e outros importantes fins;

107. Término da Via Marginal Capim Puba, ligando a Marginal do Córrego Botafogo à Avenida Leste-Oeste;
108. Conclusão da Via Marginal do Córrego Botafogo, entre a Avenida Jamel Cecílio e 2ª radial;
109. Conclusão da Avenida Leste-Oeste;
110. Contorno Sudoeste, entre a BR-060 e GO-070;
111. Via Parque Norte, ligando a BR-153/060 à GO-070;

7.7. HABITAÇÃO

As desiguais ocupações do território indicam um problema ocorrido desde o início do capitalismo, trazido junto ao advento da industrialização e a ideia de tornar a morada uma mercadoria, instalando-se uma questão a ser enfrentada. Sobre o que Engels (1979) afirma haver certo desinteresse por parte da classe dominante em resolvê-lo, como estratégia para fazer a classe operária pressionada pela constante necessidade de venda da força de trabalho e subordinada pelos patrões no campo habitacional.

A Constituição de 1988 abriga a perspectiva universalizante para as políticas públicas, contrariamente, ao mirar-se a instância federal, verifica-se que os programas habitacionais instituídos a partir de então, e ainda mais fortemente nos anos de 1990, deixaram um vazio marcado pela ausência de política consequente capaz de responder, satisfatoriamente, as demandas dos segmentos populares, em especial, no campo da habitação.

A questão da habitação ganha visibilidade na cidade, num espaço urbano complexo e produto social que envolve trabalho morto – edificações, infraestrutura, e trabalho vivo – a força de trabalho envolvida na produção de bens e serviços.

Sendo assim, verifica-se a necessidade de uma atenção maior por parte do poder público municipal em relação à moradia. Neste plano de governo fica evidenciada a preocupação do nosso candidato a prefeito, Vanderlan Cardoso, com o tema. Deixamos isso claro a seguir com as nossas propostas elencadas para o setor habitacional.

Propostas:

112. Diagnosticar e catalogar os vazios urbanos com o objetivo de planejar a sua reocupação por empreendimentos habitacionais de acordo com o perfil imobiliário da região;
113. Discutir e rever os modelos de densidade de ocupação populacional nos projetos urbanos, para garantir adensamento onde já existe infraestrutura, oferecendo oportunidades de emprego e melhorando os equipamentos públicos como forma de oportunizar moradias em locais melhor estruturados evitando a ampliação da ocupação de áreas distantes e que exigem um maior investimento por parte do poder público para serem viáveis para os moradores;
114. Retirada total da população de áreas de risco e regularizar, em parceria com o Governo do Estado, todos os conjuntos habitacionais da Capital.
115. Ampliar os programas de habitação já existentes com foco na moradia da população de baixa renda em prol da regularização fundiária
116. Requalificação do programa de moradia de população de baixa renda ;

7.8. ESPORTE E LAZER

O esporte e lazer são expressões da cultura humana que estabelecem uma interface com desenvolvimento educacional de uma sociedade. Ter disponível esporte e lazer é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, e que, portanto, devem ser concebidos como alavancas ao desenvolvimento integral do ser humano, abordado com responsabilidade.

O Plano de Governo, voltado para a temática de Esporte, Cultura e Lazer pretende ajudar na formação de uma sociedade mais humana, promovendo a integração das pessoas e estimulando a cidadania.

As ações governamentais nele previstas visam à construção de uma cultura esportiva e de lazer a ser efetivada numa gestão participativa, democrática e desconcentrada. O Esporte e o Lazer são elementos importantes no desenvolvimento integral dos cidadãos, pois desenvolvem a autoconfiança e a autoestima, hábitos

saudáveis de vida, superação de limites, o respeito às individualidades, o espírito de grupo, e tantos outros aprendizados.

No campo da interação social, as práticas esportivas e de lazer, constantes e regulares, trazem a possibilidade real de inclusão das pessoas no contexto social em que vivem. Por esta razão, as ações do Poder Público para todos os segmentos da sociedade são essenciais para diminuir as desigualdades sociais, educacionais e culturais existentes em nossa cidade.

Propostas:

117. Fomentar o acesso da população aos equipamentos públicos, aproveitando áreas institucionais disponíveis, tais como, as praças, parques, campos de várzea, vias públicas, escolas, dentre outros, para a prática do esporte, da cultura e do lazer;
118. Implantar áreas multifuncionais para o esporte, a cultura e o lazer no município, com instalação de equipamentos de diversão infantil nas praças, esportes radicais, academias ao ar livre – que atenda também a melhor idade.
119. Desenvolver atividades orientadas de esporte, cultura e lazer em massa (caminhadas, ginásticas, oficinas, aulas, passeios etc), visando ao envolvimento da população na prática saudável do esporte, da cultura e do lazer;
120. Manter sistema de animação cultural e esportiva, por meio de calendário de eventos e da instalação de novas atividades permanentes;
121. Criação de dois mirantes na cidade no setor Serrinha e Morro do Mendanha;
122. Apoio e parceria da prefeitura com escolinhas de iniciação esportiva em diversas regionais da capital;
123. Construção de academias ao ar livre;
124. Reformar, equipar e manter parques e feiras para apoio à população nos eventos culturais e esportivos;
125. Transformar os Cepals em locais de esporte, cultura e Lazer;
126. Programa de parceria com a União dos Escoteiros do Brasil visando ao auxílio da manutenção e segurança dos parques municipais;
127. Fomentar o esporte de formação e de alto rendimento, com elaboração de programas específicos e utilização de infraestrutura nas escolas, ginásios e quadras

poliesportivas nos bairros, garantindo ampliação da infraestrutura existente para diferentes modalidades a nível olímpico.

128. Implantar uma política de gestão compartilhada, uso e ocupação dos equipamentos públicos de esporte e lazer, envolvendo setores da sociedade civil como instituições sociais, culturais, esportivas e de ensino superior.
129. Oportunizar as ações de entidades reconhecidamente articuladoras e executoras de ações esportivas, culturais e de lazer, que envolvam, prioritariamente, a população que vive em locais mais afastados do centro;
130. Articular programas, ações e investimentos, públicos e privados, em parceria com academias e escolas de para o desenvolvimento das práticas de esporte, cultura e lazer;
131. Investir em escolinhas de iniciação esportiva – melhora a qualidade de vida das crianças e jovens;

7.9. PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

A nossa Carta Magna, em seu art. 6º caput, versa sobre os direitos sociais, todo cidadão tem direito a saúde, educação, segurança, moradia, trabalho e lazer, enfim, a Constituição Federal assegura direitos fundamentais que embasam o princípio da dignidade da pessoa humana.

Um desses direitos, sem dúvida, é a seguridade social. E pode-se afirmar que o objetivo genérico do sistema brasileiro de seguridade social é preservar a dignidade da pessoa humana, mediante a realização do bem-estar e da justiça social, tendo em vista ser integrante do Título VIII, da Constituição Federal, que regula a Ordem Social.

Dentro desse contexto, a seguridade social mostra-se como um adjacente de ações e esforços do poder público e da sociedade que objetivam garantir a efetivação desses direitos preestabelecidos. Como aponta o art.194 da Constituição Federal:

“A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Desta forma, não apenas a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, como também as pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas ou naturais,

poderão colaborar com a efetivação dos direitos fundamentais e com a prática da Seguridade social.

O nosso plano de governo reconhece os direitos do cidadão e dos trabalhadores goianienses e vai cumprir o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um regime próprio de previdência, e propõe uma gestão transparente e eficaz que proteja e resguarde o sistema previdenciário do município de Goiânia, preservando todos os aspectos legais e direitos adquiridos dos seus segurados.

Propostas:

132. Desenvolver e integrar os RPPS com o Ministério da Previdência Social, as Unidades Gestoras e os Tribunais de Contas, respeitando as normas vigentes e efetiva troca informações por meio de cooperação técnica dos agentes envolvidos.
133. Promover a Educação Previdenciária a fim de disseminar os direitos e deveres dos servidores em relação ao regime previdenciário.
134. Rever a legislação quanto a Previdência Social Municipal;
135. Dar sustentabilidade ao RPPS com maior controle orçamentário e o equacionamento do déficit, buscando novas fontes de custeio.
136. Inovar na legislação de acompanhamento dos RPPS e criar mecanismos de fortalecimento por intermédio das normas ministeriais.
137. Propor diálogo entre os RPPS e o Ministério da Previdência Social, criando sistemas para a análise rápida e contínua, sem prejuízos aos RPPS.
138. Propor implantação de empréstimos consignados aos segurados do RPPS com taxas de juros abaixo do mercado com segurança e transparência ao Instituto de Previdência.

7.10. GESTÃO PÚBLICA

A concepção de política de centralização do poder definiu, por um longo período da nossa história, o desenho e a dinâmica da cidade a partir de decisões pontuais, de interesses pessoais e de grupos econômicos organizados, contribuindo para a formação de um quadro muito negativo, em relação às condições de vida e de sobrevivência da população brasileira.

Segundo Lavinas e Versano (1997); Paixão (1997); Westphal (1997): os investimentos em ações intersetoriais e na gestão integrada das políticas públicas têm sido apontados como um dos grandes desafios para o enfrentamento das diferenças inaceitáveis na distribuição de oportunidades de acesso da população brasileira à qualidade de vida.

Essa situação demonstrou a necessidade de dar um salto de qualidade na gestão municipal, de maneira a tornar-se eficiente e transparente o uso dos recursos públicos. Isso exigiu dos governos municipais a responsabilidade de responder aos desafios urbanos pensando e construindo a cidade, de modo diferente, Viana (1998).

Sendo assim, o Plano de Governo estabelece como diretriz a profissionalização da gestão pública municipal, a qual se apresenta por meio dessas propostas:

Propostas:

139. Fazer o planejamento de recursos para o atendimento das prioridades estruturantes apontadas no documento Goiânia 2033 - O Centenário; firmar parceria com a Comunitas para implantação do Programa “Juntos para o Desenvolvimento Sustentável”;
140. Centralizar as compras com normas técnicas, criar e instituir o almoxarifado central com auditoria permanente na fiscalização das compras e recebimento de mercadorias;
141. Tornar Goiânia referência nacional em transparência da gestão municipal com transparência total e absoluta nas informações do município;
142. Buscar padrões de eficiência e eficácia na gestão pública municipal através da otimização de recursos, com foco em resultados e gestão orientada por processos de avaliação contínua.
143. Criação das unidades administrativas regionais;
144. Estabelecer um programa de formação profissional para o funcionalismo público municipal, de forma a capacitar os servidores a prestarem serviços condizentes com uma gestão dinâmica e transparente;

7.11. MELHOR IDADE

No Brasil ainda existe uma grande diferença entre a lei e a realidade dos idosos,. Isso se deve ao grande número de discursos que os priorizam, mas que não se efetivam. Para modificar essa situação, esse assunto não pode deixar de ser debatido e as reivindicações devem vir de todos os espaços da sociedade, pois somente uma grande mobilização, ou seja, a população organizada pode exercer um a grande pressão para que se configure uma nova visão sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros, não somente para o Estado, mas também para membros da sociedade civil que se deixam levar pelo preconceito, como se estivessem isentos a essa fase da vida.

O Estatuto do Idoso tem por objetivo consolidar direitos já assegurados na Constituição Federal de 1988, protegendo, principalmente, o idoso em situação de risco social.

É preciso que se renovem as exigências para o atendimento dessa grande parcela da população, uma vez que acontecem de maneira cada vez mais rápida as transformações em nossa sociedade, seja no cenário político, econômico, social ou cultural, e que resultam em mudanças também das necessidades dos idosos.

A sociedade civil brasileira tem um papel fundamental na reivindicação dos direitos sociais, na construção e efetivação das políticas públicas voltadas a população idosa, por exemplo, instituições que atuam em defesa do idoso, promovem cursos, simpósios, congressos e jornadas que buscam esclarecer e difundir um conhecimento real da terceira idade, procuram atualizar a sociedade sobre o processo de envelhecimento que deve ser digno e ativo, propõem reflexões, incentivam pesquisas e serviços.

A óbvia ideia de que o idoso é ser humano, portanto é cidadão, merecedor de direitos sociais, deveria bastar, porém nem sempre ele é visto dessa maneira, por isso a necessidade de a melhor idade ter atenção especial na Constituição para que ela receba o tratamento que lhe é devido, e esse também é o compromisso do plano de governo do candidato Vanderlan Cardoso, que elenca diretrizes que garante e assegura os direitos dos idosos para uma melhor qualidade de vida.

Propostas:

145. Criação de um plano municipal de combate à violência contra a pessoa idosa;

146. Ampliar a rede de proteção aos direitos da pessoa idosa;
147. Criar um canal para denúncia de maus-tratos e violência contra a pessoa idosa;
148. Estimular os profissionais de saúde e assistência social e o público em geral através de campanhas publicitárias e informar os órgãos competentes, suspeitas ou casos concretos de violência contra a pessoa idosa;
149. Capacitar, através de cursos, os servidores da Guarda Municipal acerca da temática e do conceito de violência contra a pessoa idosa;
150. Fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso (CMI).
151. Estimular a população idosa ao acesso e uso de novas tecnologias;
152. Incentivar as Instituições de ensino público e privado à realizações de debates através de seminários e fóruns que versem sobre os direitos da pessoa idosa;
153. Capacitar e incentivar a formação de novos cuidadores de idosos.
154. Criar mecanismos que facilitem o acesso da pessoa idosa, especialmente, aquela com mobilidade reduzida aos locais onde são realizados eventos esportivos e culturais.

7.12. POLITICA PARA JOVENS E MULHERES

A importância dos estudos sobre as mulheres no Brasil nos remete a um passado em que a mulher era praticamente invisível ao Estado. Em diferentes tempos históricos não foram consideradas sujeitos da história e sua função na sociedade era determinada de acordo com seu núcleo social, regida e administrada pelo Estado. Quando pensamos em mulher negra, a necessidade de ressignificação histórica é ainda maior, visto que o grupo social ao qual pertence nunca teve importância em nenhum momento histórico.

No Brasil, o movimento feminista adquiriu um caráter de luta a partir das décadas de 60 e 70, em meio a um período de crises políticas que nos levou à ditadura militar. Tal movimento ganha contornos políticos mais combativos e o discurso de igualdade entre homens e mulheres não fica meramente reduzido à constituição de um núcleo familiar.

Justiça de gênero, então, é entendida não somente como uma questão distributiva; engloba em seu conceito também questões de representação, identidade e diferença. Gênero e direitos das mulheres são conceitos elaborados para refletir estruturas de poder solidificadas na dominação e na opressão social vigente em diferentes tempos históricos, possibilitando reflexões não só em torno da desigualdade de “gênero”, mas também de “raça”.

Sendo assim, o plano de governo do candidato Vanderlan Cardoso tem como compromisso assumir as questões abaixo elencadas que garantem e dão segurança à mulher na cidade de Goiânia.

Propostas:

155. Institucionalizar a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher, por intermédio do Projeto Mulheres da Paz;
156. Criação e reforma de creches, para as quais será criado o Programa Ciranda de Contos, para fomentar a leitura;
157. Criação do Programa Empodere-se – Campanha de estímulo para que a mulher retorne aos estudos, otimizando os espaços físicos para alfabetização de mulheres adultas;
158. Estabelecer parcerias com as universidades/faculdades, os movimentos sociais o Ministério Público Federal e estadual, um grupo de Combate à Exploração Sexual para mapear a situação em Goiânia e trabalhar a conscientização da população dos riscos a serem enfrentados e das fraudes a serem desmascaradas;
159. Apoiar a formação de lideranças mulheres, mediante a reestruturação e o fortalecimento do Conselho Municipal da Mulher, integrado por administração pública, movimentos sociais e órgãos do controle externo;
160. Estabelecer parcerias com movimento social feminista para ampliar a participação das mulheres no ambiente político partidário;
161. Implantar o Projeto Fala Mulher, que privilegia a metodologia de educação em saúde por meio de grupos que se reúnem, uma vez por semana, em um espaço específico, para discorrerem e discutir temas envolvidos com a saúde da Mulher;

162. Promover parcerias com o Sistema S para ampliar cursos técnicos profissionalizantes para jovens;
163. Implantar o projeto primeiro emprego para jovens iniciantes no mercado de trabalho;
164. Apoiar a formação de lideranças mulheres, mediante a reestruturação e o fortalecimento do Conselho Municipal da Mulher, integrado por administração pública, movimentos sociais e órgãos do controle externo;
165. Estabelecer parcerias com movimento social feminista para ampliar a participação das mulheres no ambiente político partidário;
166. Implantar o projeto minha primeira empresa, com parcerias com o Sebrae e com o projeto de fomento Crescer Goiânia

7.13. COMUNICAÇÃO

Programa Goiânia Comunicativa

O Programa Goiânia Comunicativa será gerido pela Coordenadoria Geral de Comunicação e Marketing (CGCM) garantindo coesão nas informações. Ele pretende promover a organização da comunicação municipal de Goiânia fortalecendo o relacionamento da prefeitura com seus diversos públicos. Buscando, por meio das ações de comunicação, o comprometimento dos servidores, o envolvimento da comunidade, ser fonte ativa para a imprensa, além trabalhar para atrair turistas, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento da cidade.

Há de se buscar estreitar o relacionamento entre a prefeitura/prefeito e a comunidade, possibilitando à prefeitura comunicar, de forma clara e direta, as ações e estratégias que estão sendo desenvolvidas para a melhoria de vida da população. O programa terá um núcleo central, mas com envolvimento direto de todas as secretarias e unidades do governo municipal. Uma das metas da comunicação é destacar os potenciais do município, tanto na mídia local como na mídia nacional, trabalhando de forma integrada com todas as áreas da administração, realçando potenciais e evitando crises. A

comunicação pretende fazer com que as atividades e processos da administração de Goiânia sejam compreendidos pela população.

Propostas:

167. Estruturar a Coordenadoria de Comunicação a fim de unificar o discurso e as práticas adotadas tanto pelo gabinete do prefeito quanto pelas secretarias, autarquias e fundações integrantes da estrutura da administração municipal;
168. Realizar a integração interna na comunicação para garantir um bom fluxo de informação interna de modo a permitir a motivação no ambiente organizacional para a plena execução das metas e propostas de cada departamento da prefeitura de Goiânia. Ajudar a ampliar a visão do funcionalismo para que eles entendam que são partes importantes na engrenagem da prefeitura e que seu trabalho beneficia toda cidade. Fazer com que todos tenham o conhecimento sistêmico dos processos em que estão envolvidos, de modo a obter resultados mais eficientes.
169. Intensificar o trabalho de assessoria de imprensa da prefeitura, fazendo com que a administração municipal seja fonte constante de notícias positivas na mídia local e nacional, tornando conhecidos os projetos e o trabalho realizado pela prefeitura e enaltecendo os pontos fortes de Goiânia
170. Implementar um projeto estratégico para a formação da imagem de Goiânia como destino turístico e para fomentar, expressar, articular, reproduzir e viabilizar o entendimento turístico na cidade.

7.14. AÇÃO SOCIAL

A assistência social brasileira fez seu trajeto adaptando-se aos contextos político-ideológicos do país. E, ao longo dos anos as políticas públicas na área da assistência social vêm se revestindo de maior racionalidade, por meio da introdução de serviços sociais, sem perder, no entanto, sua característica de benefício ou benevolência, só que agora do Estado.

Todavia, com o passar dos anos, apesar da ampliação dos serviços públicos de assistência social, as práticas nessa área eram setorizadas e fragmentadas e os recursos pulverizados entre execução governamental e rede filantrópica.

Já na década de 1980, com a promulgação da nova Constituição, denominada de “cidadã”, a assistência social adquiriu o caráter de política pública, através da integração desta juntamente com a Saúde e a Previdência ao conjunto da Seguridade Social. A Constituição de 1988 marcou a passagem do modelo político de um “Estado Assistencial” para um modelo de “Estado de Direito”. Contudo, havia ainda um longo caminho a trilhar, com a alternância de avanços e retrocessos.

Dessa forma, a atual concepção da Assistência Social, enquanto política pública, de direito do cidadão e dever do Estado, é produto das mudanças desencadeadas pela Constituição Federal de 1988. Reconhecendo o papel social de que todo gestor público deve exercer perante tema de tal relevância, o plano de governo candidato Vanderlan Cardoso estabelece diretrizes que garantem uma assistência social ampla e direcionada a que mais necessita de ajuda.

Propostas

171. Implantar o projeto Protege para atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, fazendo cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em parceria com o conselho tutelar e o conselho da criança e adolescente, bem como os demais órgãos competentes;
172. Fortalecer políticas públicas de prevenção ao uso de drogas e apoio/tratamento aos dependentes químicos e promover o apoio social as suas famílias durante o tratamento;
173. Fazer parcerias com as casas de recuperação e entidades filantrópicas existentes para condução de dependentes químicos no processo de recuperação;
174. Promover o projeto de apoio às famílias de infratores com parcerias com as secretarias e órgãos competentes e entidades filantrópicas;
175. Reduzir o índice de vulnerabilidade juvenil através de políticas públicas de saúde, educação, esporte, lazer, capacitação e qualificação do jovem, através de centros da juventude com atividades de xadrez, dança, robótica, esportes e outros;
176. Criar o Programa Bombeiros Mirim implementando o civismo junto aos jovens;

177. Firmar parcerias com iniciativa privada para suprir as necessidades de aquisição, de matérias de portadores de necessidade especiais como órtese, prótese, aparelhos auditivos, óculos entre outro bem como meios para desenvolvimento de esporte, cultura e lazer;
178. Firmar parcerias com entidades diversas para fortalecer projetos de ações sociais já existentes na cidade;

7.15. TURISMO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o termo turismo refere-se às atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.

Turista é um visitante que se desloca voluntariamente pelo período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para o local diferente de sua residência e do seu trabalho, sem, este por motivação, a obtenção de lucro.

O turismo é uma atividade econômica relacionada às características geográficas do lugar: paisagem natural (condições ambientais, como clima, vegetação, formas de relevo, rios, proximidade do oceano) e cultural (arquitetura, museus, eventos culturais, feiras comerciais, conferências nacionais e internacionais etc.)

Assim classificado o turismo, o plano de governo do PSB e partidos aliados, elenca diretrizes para fomentar o Turismo da nossa cidade. Compromete-se incentivar a realização de feiras comerciais, eventos culturais e festivos, conferências e encontros de organizações classistas, nacionais e internacionais e outras políticas públicas que fomentem o Turismo.

179. Desenvolver e incentivar o turismo de negócios, promovendo feiras de vestuários, de agronegócios e outros;
180. Incentivar o turismo “art deco” de Goiânia através de difusão de informações dos complexos turísticos goianiense para a comunidade nacional e internacional;
181. Estabelecer ações para desenvolver um slogan de Goiânia junto ao cenário nacional, promovendo a valorização dos potenciais turísticos de Goiânia
182. Potencializar o turismo gerado pela busca por serviços na área de saúde;

183. 'Criar o Espaço Cultural do Paço Municipal, requalificar e revitalizar outros espaços culturais;
184. Criação de políticas de cooperação público-privada voltadas para o turismo;
185. Requalificar e modernizar os espaços públicos referenciais promovendo um calendário de eventos para fomentar o turismo;
186. Prover projetos para potencializar áreas de turismo como o parque agropecuário de Goiânia e Hipódromo da Lagoinha e o novo Bioparque de Goiânia;

7.16. CULTURA

A cultura é a somatória de costumes, tradições e valores. É um jeito próprio de ser, estar e sentir o mundo, 'jeito' este que leva o indivíduo a fazer, ou a expressar-se, de forma característica.

A cultura é um agente de identificação pessoal e social, um modelo de comportamento, de ser, de pertencer, de crenças, de um lugar, de um grupo, de uma família, de um povo, que integra segmentos e questões sociais e gerações. Ela desperta os recursos internos do indivíduo e fomenta sua interação com o grupo, sendo um fator essencial na promoção da saúde, da educação, do bem estar, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades.

Os povos evoluem através de mudanças significativas em sua cultura e as mudanças acontecem rapidamente quando o clima político é de liberdade; caso contrário demora apenas o tempo de o pensamento, que é livre, suplantar a intolerância.

Desta forma, o nosso plano de governo compromete-se a apoiar e fomentar a cultura municipal, promovendo e desenvolvendo de maneira efetiva: festivais de música, dança, artes, artes cênicas e artes visuais, enfim, as mais diversas manifestações culturais do povo goianiense.

É preciso fortalecer e levar ao encontro da população goianiense propostas coesas que garantam para Goiânia mais benefícios das políticas culturais nacionais, reforçando que o desenvolvimento deve chegar a todas as regiões da nossa cidade.

187. Implantar as escolinhas de iniciação cultural, com várias modalidades;

188. Criar a Cartilha Municipal de Cultura – e disseminá-la junto com a Agenda Cultural em todas as regiões do município.
189. Apoiar e incrementar os festivais culturais já existentes, como também incentivar novas propostas culturais;
190. Implantar o Concurso de Quadrilha Municipal, envolvendo escolas e comunidade;
191. Reativar o Concurso Municipal de Bandas (Marcial e Musical);
192. Criar e incentivar o Concurso Municipal de Gastronomia;
193. Criar festivais municipal de música sertaneja, dança e músicas diversas;
194. Instituir o Concurso da Rainha da Primavera de Goiânia (valorizando a beleza da mulher goianiense);
195. Incentivar a cultura nos bairros por meio de eventos artísticos;
196. Conservar e ampliar os espaços culturais e históricos do município de Goiânia;
197. Catalogar as produções culturais do município de Goiânia;
198. Instituir o Concurso Municipal de Artes Plásticas (envolvendo: escultores, pintores, desenhistas, grafiteiros etc.)
199. Cultura Digital – Criar Centro de Referência Digital objetivando a democratização do acesso ao conhecimento na área, com especial atenção aos portadores de necessidades especiais;

Elaborado por:

Gabriel Ferreira – Coordenador

Equipe

Dr. Gabriel Tanaglia Carneiro

Mauricio Reis